

Tradução

**Um estágio no desenvolvimento da teoria hegeliana do Estado moderno
Os excertos de 1802 sobre Napoleão e Fox¹**

A Stage in the Development of Hegel's Theory of the Modern State
The 1802 Excerpts on Bonaparte and Fox

Norbert Waszek

Professor do Departamento de Estudos Germânicos da Universidade Paris VIII

Tradutora/or:

Eveline Campos Hauck

Pesquisadora Colaboradora no Instituto de Economia (IE/UNICAMP)

evelinehauck@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6108699433763557>

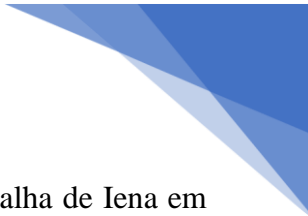
Lutti Mira Salineiro

Doutorando no Departamento de Filosofia da (FFLCH-USP), Bolsista FAPESP

luttimira@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8392530470767058>

¹ Este artigo foi lido na conferência anual da Associação australiana de filosofia realizada na Australian National University, em Camberra, de 26 a 31 de agosto de 1984. Eu gostaria de constatar que K. R. Meist (Hegel-Archiv, Bochum) não somente chamou minha atenção para os excertos, como também sugeriu alguns dos argumentos desenvolvidos neste artigo. [O artigo foi publicado posteriormente em Hegel-Studien, 20 (1985), pp. 163-172. O autor e o editor da revista gentilmente autorizaram sua tradução e publicação – nota dos tradutores]




A referência entusiástica de Hegel a Napoleão após sua vitória na batalha de Iena em 1806 – “(...) o imperador – essa alma do mundo – andando a cavalo” – é com frequência citada, muito ridicularizada, mas pouco compreendida.² O que é amiúde apresentado como mera veneração heroica era na realidade uma opção política racional. Mais ainda, a avaliação hegeliana a respeito da situação política teve repercussões significativas sobre o desenvolvimento de sua filosofia política. Quaisquer documentos que lancem luz sobre a emergência das posições políticas de Hegel merecem, assim, ser investigados em maior detalhe. Dentre os manuscritos de Hegel que ainda estão por ser publicados³, existem dois excertos retirados de jornais, ambos de 1802, que lidam com dois estadistas pelos quais Hegel manteve grande estima por toda sua vida: Napoleão Bonaparte, na época primeiro cônsul, e Charles James Fox, em oposição ao primeiro naquele momento. Esses excertos têm sido amplamente ignorados pelos estudiosos de Hegel – como claramente indica o fato de eles ainda permanecerem sem publicação – ou minimizados enquanto ninharias insignificantes para o entendimento da filosofia política hegeliana. A intenção do presente artigo é alterar tal atitude, e mostrar que esses excertos – quando vistos em seu contexto histórico adequado – fornecem novas informações a respeito do desenvolvimento das posições políticas de Hegel num estágio crucial de sua carreira filosófica. Em termos metodológicos, minha abordagem é, com efeito, devedora da linha desenvolvimentista [*developmental*] dos estudos hegelianos associada, no mundo anglófono, ao trabalho de H. S. Harris.

Os próprios documentos são excertos de jornais franceses – *Le publiciste* e *Le moniteur universel* – e conservam a língua francesa dessas fontes. O primeiro excerto baseia-se numa notícia sobre uma etapa da viagem de outono de Napoleão para a Normandia, isto é, sua visita ao campo de batalha de Ivry e a subsequente inauguração de uma placa comemorativa, uma inscrição cuja intenção era lembrar o povo francês de que, quando se convida poderes estrangeiros para interferir nos assuntos internos da França, seguem-se consequências desastrosas. O segundo excerto é baseado na resposta de Charles James Fox ao discurso da

² HEGEL, G. W. F. Carta a Niethammer, de 13 de outubro de 1806. In: Briefe von und an Hegel. Editado por J. Hoffmeister, vol. 1, Hamburgo: Felix Meiner Verlag GmbH, 1952, p. 120: “Vi o Imperador – essa alma do mundo – deixar a cidade para fazer o reconhecimento das suas tropas; é efetivamente uma sensação maravilhosa ver um tal indivíduo que, concentrado assim em um ponto, montado em seu cavalo, estende-se sobre o mundo e o domina”. A propósito, muitos críticos citaram erroneamente a referência de Hegel a Napoleão como “espírito do mundo” (Weltgeist), um erro que revela a falta de conhecimento dos críticos em relação à filosofia da história hegeliana.

³ Os excertos irão aparecer no volume 5 da nova edição crítica, HEGEL, G. W. F. *Gesammelte werke*. [Cf. HEGEL, G. W. F. *Schriften und Entwürfe* (1799–1808). In: *Gesammelte Werke*. Hamburg: Meiner, 1998, p. 219. – NT].




coroa na abertura do parlamento inglês, proferido em 23 de novembro de 1802. Ambos os excertos são bem pequenos, contendo 80 e 120 palavras respectivamente, e ambos são escritos na mesma folha de papel, o que é significativo à luz do meu argumento, a ser desenvolvido em breve, segundo o qual Hegel enxergava conexões entre os dois excertos. Uma vez que os próprios excertos não contêm explicitamente todos os pontos que eu gostaria de abordar, é necessário indicar de antemão minhas posições a respeito da relação dos excertos com o conhecimento e interesse de Hegel no contexto mais amplo dos detalhes que ele registrou. Em primeiro lugar, o fato mesmo de que Hegel fez os excertos e que ele os manteve até sua morte – isto é, por quase 30 anos –, indica, na minha opinião, que ele atribuiu certo significado aos seus conteúdos. Perante esse interesse e a evidência circunstancial de que as pequenas passagens extraídas por ele estão escondidas em meio aos artigos originais, estou também convencido de que Hegel leu integralmente os artigos em questão. Há ainda a evidência biográfica: seu deleite geral quando da leitura de jornais⁴ e o que se sabe a respeito de seu meticuloso estilo de trabalho também sustenta a conclusão precedente.

Antes de adentrar no tópico mais específico do primeiro excerto, devemos recordar o que ocorreu em Ivry. Foi ali que, em março de 1590, Henrique IV, também conhecido como Henrique de Navarra, cuja reivindicação pelo trono era contestada pela Santa Liga, pelo Papa e pela corte espanhola, ganhou uma vitória decisiva dos duques de Mayenne e de Egmont, e das tropas de Felipe II da Espanha. Essa vitória pavimentou o caminho de Henrique em direção ao poder político pleno (ele ganhou o controle de Paris em 1594), ao fim das amargas guerras religiosas que haviam assolado a França desde 1560 (ele concluiu essa disputa com o Édito de Nantes de 1598), e à retirada de todas as tropas estrangeiras da França (os espanhóis finalmente partiram após o Tratado de Vervins de 1598). Ivry foi um passo crucial na carreira de Henrique, a qual se tornaria esplêndida, trazendo ordem, prosperidade, reforma social, e independência à França, como também estabilidade para a Europa, o que o transformou, talvez, na figura mais popular da história francesa. Havia assim muitas razões para Napoleão tê-lo admirado – uma coluna erigida por ele em memória de Henrique carregava a inscrição: “Grandes homens amam a fama daqueles aos quais se assemelham”⁵ – ou, ao menos, razões pelas quais Napoleão teria manifestado sua admiração por Henrique. Em relação à sua visita a Ivry, no entanto, considero que duas questões eram primordiais para Napoleão: a resolução religiosa de Henrique e a vitória

⁴ Num aforismo, Hegel costumava se referir a jornais como *Morgensegen* (“benção matinal”): ROSENKRANZ, Karl. *G. W. F. Hegels Leben*. Berlim, 1844, p. 543.


⁵ LUDWIG, Emil. *Napoleon*. Traduzido por Eder e Cedar Paul. Terceira edição. Londres, 1935, p. 568.



política sobre a interferência de países estrangeiros. Como será argumentado, ambos os pontos importavam a Hegel, embora seu excerto enuncie somente a segunda questão.

A educação de Henrique foi impregnada por princípios protestantes e, em 1569, ele tornou-se líder do partido huguenote. Após o massacre da noite de São Bartolomeu (1572), ele foi forçado a renunciar ao seu protestantismo, mas, em 1576, ele escapou do domínio de Henrique III e voltou atrás. Como ele promulgaria mais tarde o Édito de Nantes, sua simpatia pelo protestantismo era provavelmente genuína, o que não o impediu de tomar o passo pragmático de converter-se ao catolicismo (1593) para consolidar a vitória militar de Ivry: “*Paris vaut bien une messe*” é o comentário atribuído a ele na ocasião. Que moral podemos retirar dessa série de eventos? Primeiramente, foi a atitude maquiavélica em relação à religião, como se segue do seu famoso comentário, que levou Henrique ao sucesso. A vitória foi então utilizada para o estabelecimento da autoridade política da coroa sobre as controvérsias religiosas. Com base nessa autoridade, Henrique foi capaz de trazer a tolerância e a pacificação aos dois partidos: estabeleceu os direitos dos protestantes no Édito de Nantes, mas também promoveu a contrarreforma católica, protegendo as ordens monásticas, etc. A atitude de Napoleão com relação à religião e com relação às políticas religiosas por toda sua carreira evidenciam um padrão muito similar.⁶ Muito embora ele provavelmente fosse um descrente – Napoleão teria comentado no exílio: “contento-me por não ter religião” (HOLTMAN, 1967, p. 121) – ele fortaleceu o catolicismo até por volta de 1801 (por meio de uma série de decretos e da Concordata de 1801) e, por vezes, ele apresentou-se como um católico romano ortodoxo (MADELIN, 1934, p. 117). As razões por trás dessa política são óbvias: ele desejava remover, de uma só vez, a oposição da igreja contra seu regime e uma importante fonte de divisão entre o povo francês; ele também desejava ganhar o apoio das massas católicas, junto às quais as medidas mencionadas acima obtiveram grande popularidade. No entanto, tão logo ele alcançou esses objetivos, e com isso fortaleceu seu regime, Napoleão “lançou uma longa série de imposições que fariam do restante de seu reinado um processo crescentemente humilhante para a Santa Sé” (FORD, 1970, p. 177). Dentre essas imposições é suficiente recordar dois incidentes: (a) a bem conhecida violação de Napoleão do acordo, alcançado entre ele e o Papa,

⁶ Meu pequeno relato a respeito das políticas religiosas de Napoleão baseia-se nos seguintes estudos históricos: MADELIN, Louis. *The Consulate and the Empire 1799-1809*. Traduzido por E. F. Buckley, Londres, 1934; HOLTMAN, R. B. *The Napoleonic Revolution*. Philadelphia, New York, 1967; GODECHOT, J., HYSLOP, B. F., DOWD, D. L. *The Napoleonic Era in Europe*. New York, 1971; FORD, F. L. *Europe 1780-1830*. Londres, 1970. LEFEBVRE, Georges. *Napoleon, From 18 Brumaire to Tilsit, 1799-1807*. Traduzido por H. F. Stockhold, Londres, 1969.




a respeito da cerimônia de coroação apropriada (1804); (b) a captura e virtual prisão do Papa Pio VII em 1809. Mesmo deixando de lado esses conflitos e humilhações do Papado, a genialidade política de Napoleão conseguiu o que nem o clero nem os “ideólogos” anticatólicos previram: aquilo que parecia, no começo, fortalecer o catolicismo, tendeu, em última instância, a subjugar a religião ao Estado. Tendo ganhado o controle político sobre a religião, Napoleão dificilmente interferia nas questões puramente teológicas da igreja, uma atitude que, segundo suas diferentes posições [stands], historiadores identificaram com tolerância, indiferença ou desprezo. O tratamento de Napoleão das igrejas calvinista e luterana e da fé judaica era guiado pelos mesmos princípios: ele garantia a liberdade de culto e galgou alguns passos em direção à igualdade civil das religiões, porém, em contrapartida, ele exigiu obediência política e introduziu muitas medidas de supervisão estatal.

O que tudo isso significava para Hegel? Para compreender o sentido que Hegel atribuía ao problema que estamos examinando, é necessário olhar para seu escrito praticamente contemporâneo, *A constituição alemã*.⁷ Aniquilando a multidão de estudos fúteis a respeito da lei constitucional do Sacro Império Romano das nações alemãs, Hegel começa enfatizando o fato intragável: “A Alemanha não é mais um Estado” (HEGEL, 1964, p. 143). Quando, numa seção subsequente de seu estudo, Hegel explica como esse estado de coisas teve lugar, ele aponta, dentre outras causas, para o papel crucial da religião: “Ao invés de separar-se do Estado como resultado de sua própria divisão interior [devido à Reforma Protestante], a religião arrastou tal divisão até o Estado e fez a maior contribuição para anulá-lo (...) a religião arrendou completamente o Estado subjogado” (HEGEL, 1964, p. 190-193). A conclusão óbvia – e ao celebrar a vitória de Ivry, Napoleão assevera o mesmo princípio como a condição vital da arte de governar [*statecraft*] no mundo moderno – é a de que o Estado moderno tem de residir acima da religião e tornar as guerras religiosas inviáveis, uma conclusão que, desse período inicial em diante, permaneceu um tema constante, quase estereotipado nos textos hegelianos de maturidade.⁸ Como essa conclusão talvez evoque a antiquada interpretação “totalitária” das posições de Hegel sobre o Estado, um qualificativo importante precisa ser acrescentado desde logo: que o Estado supere os conflitos da religião faz parte do mínimo necessário de autoridade pública, segundo a consideração de Hegel; porém, ao mesmo tempo, ele quer a liberdade

⁷ HEGEL, G. W. F. *Hegel's Political Writings*. Traduzido por T. M. Knox, com um ensaio introdutório de Z. A. Pelezinski, Oxford, 1964, p. 143-242.

⁸ Ver HEGEL, G. W. F. *Theorie Werkausgabe*. Editado por Eva Moldenhauer e K. M. Michel. Frankfurt, 1969ss., vol. 7, p. 415ss.; vol. 10, p. 355; vol. 12, p. 531; vol. 16, p. 216.




peçoal tanto quanto possível. Com relação à religião, isso significa tolerância e direitos cívicos iguais, dois aspectos extensamente inscritos [*enshrined*] na filosofia política hegeliana: “Um Estado que é forte porque sua organização é madura pode ser tanto mais liberal nessa matéria; ele pode negligenciar inteiramente os detalhes da prática religiosa (...)”.⁹ “O homem vale, assim, porque ele é homem, não porque ele é judeu, católico, protestante (...)”.¹⁰ Uma vez que Napoleão respeitava esses princípios, parece legítimo concluir que suas políticas religiosas, assinaladas em sua apreciação de Henrique IV em Ivry, correspondem fortemente ao equilíbrio filosófico hegeliano, aqui aplicado à esfera da religião, entre autoridade e liberdade.

A resolução religiosa, como indiquei acima, era apenas uma parte da admiração de Napoleão em relação a Henrique IV; o outro lado era dirigido às vitórias de Henrique sobre os invasores estrangeiros. Nesse contexto, a visita de Napoleão a Ivry continha um comentário político sobre a situação internacional de seu próprio tempo. As complicadas condições políticas do período precisam ser brevemente esboçadas para que se compreenda essa mensagem e o que dela foi feito por seus contemporâneos. Em março de 1802, o Tratado de paz de Amiens foi assinado por Napoleão e pelo ministério de Addington. Assim, dez longos anos de guerra chegaram ao fim e não é surpreendente que a paz fosse popular tanto na França quanto na Inglaterra. Napoleão dirigiu toda sua energia à reorganização da França e provou que era capaz de desempenhar tanto o papel de Augusto quanto o de César. O eminente historiador francês Georges Pariset descreve o ano de 1802 como um dos mais alegres na história da França: “A restauração da paz, as vitórias ganhas, as conquistas alcançadas, as memórias do entusiasmo revolucionário, a fama pessoal de Napoleão, o retorno da ordem e a revitalização do comércio – tudo combinava para fazer a existência brilhante e prazerosa”.¹¹ Uma vez que os resultados da guerra e os termos do tratado eram menos favoráveis para a Inglaterra, talvez os ingleses não estivessem assim tão satisfeitos quanto os franceses, mas o povo que havia sofrido cruelmente com a guerra estava sem dúvida aliviado. Como a economia tinha sido abalada, Londres esperava que a paz abriria o mercado francês e levaria, com isso, à recuperação. Mesmo o belicoso Pitt admitiu que o país precisava de um período de descanso. No entanto, o entusiasmo britânico em relação ao tratado não durou muito: as atividades de Napoleão no

⁹ HEGEL, G. W. F. *Hegel's Philosophy of Right*. Editado por T. M. Knox. Oxford, 1952, §270, p. 168.

¹⁰ *Ibidem*, §209, p. 134. [Edição brasileira: HEGEL, G. W. F. *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito, ou, Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. Tradução de Paulo Meneses et al. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010, p. 203. – NT]

¹¹ PARISSET, Georges. The Consulate, 1799-1804. In: *The Cambridge Modern History*, vol. 9, Cambridge, 1907, p. 23.



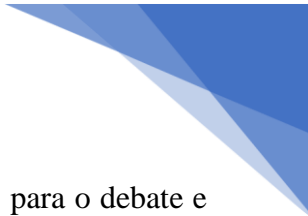
continente (Piemonte, Holanda, Alemanha, Suíça) bem como seus empreendimentos coloniais (São Domingo, Luisiana) logo começaram a causar ansiedade nos políticos. Quando o interesse comercial se deu conta de que ao Tratado de Amiens não se seguiu um tratado comercial, sua voz chamou novamente pela guerra. No outono de 1802, na época da viagem de Napoleão à Normandia, a paz havia se tornado precária e a atmosfera estava tensa. Sob esse clima, todo movimento do primeiro cônsul ficou sujeito a um exame minucioso e todo comentário seu tornou-se objeto de interpretações mutuamente exclusivas na Grã Bretanha. Se Napoleão havia assinado o Tratado com sinceridade, e o quão sério seu compromisso com a paz permaneceu nos poucos meses subsequentes, são questões que deixaremos aos historiadores. O que realmente importa para meus propósitos são as respostas contemporâneas que a viagem de Napoleão extraiu de homens como Fox e Hegel.

Antes de me voltar para a resposta de Fox, que fornece o contexto do segundo excerto de Hegel, mais alguns detalhes da viagem de Napoleão precisam ser introduzidos. Além de sua visita a Ivry, o que o cônsul fez durante sua viagem e quais devem ter sido seus motivos? Uma vez que Napoleão sabia que seu regime seria forte na medida em que fosse popular, um objetivo principal de sua viagem era claramente o de perceber por si mesmo o humor da nação fora da capital, e a Normandia fora bem escolhida no intuito de revelar os sentimentos da França para ele. Seu outro principal motivo estava ligado a seus esforços para promover o progresso econômico. A Normandia era um centro industrial: tradicionalmente associada ao linho, ela estava agora se tornando a vanguarda da entrada da França na indústria de algodão, a moderna indústria *par excellence*, com sua exigência de cara maquinaria propulsionada por água ou vapor.¹² Napoleão passou grande parte dos seus quinze dias de férias inspecionando as fábricas de Rouen, Elbeuf e Saint-Quentin; ele fez o que pôde para encorajar os industriais e “resolveu estender para toda a França as indústrias às quais aquela província [a Normandia] deve sua riqueza”.¹³

Napoleão completou sua viagem em meados de novembro, uma data que coincidiu com a abertura do parlamento britânico em 16 de novembro. Dada a tensa atmosfera internacional, era quase inevitável que a conduta do primeiro cônsul fosse discutida, ao menos implicitamente, tão logo o cerimonial de abertura fosse concluído e os negócios comesçassem. O primeiro debate, que provou ser longo e tempestuoso, foi introduzido através do Discurso do Rei de 23

¹² Cf.: BERGERON, Louis. *France under Napoleon*. Traduzido por R. R. Palmer, Princeton, 1972, pp. 175-178.


¹³ GUILLAND, Anton. The Pacification of Europe, 1799-1802. In: *The Cambridge Modern History*, vol. 9, Cambridge, 1907, p. 80.



de novembro. Negligenciarei, por questões de espaço, as outras contribuições para o debate e me concentrarei na posição de Charles James Fox, o carismático líder do antigo partido Whig.¹⁴ Por simpatia qualificada pela Revolução Francesa, Fox sempre se opusera à guerra contra a França. Ademais, ele acabara de voltar de uma visita privada à capital do país, onde encontrou o primeiro cônsul em muitas ocasiões. Esses encontros confirmaram ainda mais a convicção de Fox segundo a qual, como ele mesmo colocou, “o desejo de Napoleão é a paz – ou melhor, que ele teme a guerra demasiadamente” (HOBHOUSE, 1947, p. 240). Para defender seu ponto de vista e para apoiar aqueles políticos britânicos em favor da manutenção da paz, Fox, cujo comparecimento na Casa dos Comuns, em outra situação, havia se tornado muito irregular, fez uma contribuição especial no debate de abertura. Ele escreveu para o Lorde Holland, seu sobrinho, explicando suas intenções nas seguintes palavras: “Irei à cidade para a Exposição [isto é, o Discurso do Rei] na terça-feira – não com qualquer esperança de persuadir os belicosos, mas pela chance de ter alguma utilidade no encorajamento daqueles que são ditos pacifistas, especialmente os ministros” (RUSSEL, 1866, vol. 3, p. 256). O verdadeiro discurso¹⁵, exibindo todos os talentos que o tornaram um dos maiores oradores de seu tempo, foi poderoso e muito bem recebido, mas gostaria de destacar dois aspectos que podem ser vistos como comentários sobre a visita de Napoleão à Normandia e particularmente à Ivry. Em primeiro lugar, e essa é a parte do discurso em que o excerto de Hegel se baseia, Fox expõe enfaticamente que a autodefesa – a preservação da honra e da soberania nacional – é “quase a única causa legítima da guerra” (PHE, p. 954). Nessas palavras, Fox interpreta e responde à placa comemorativa de Napoleão para Henrique IV: a interferência nos negócios da França, sobre os quais Henrique havia triunfado e cuja vitória Napoleão comemorou, é desastrosa e ilegítima. Naturalmente que, da mesma forma, um ataque francês à Grã-Bretanha também seria ilegítimo, mas Fox considera essa perspectiva implausível em função da superioridade naval britânica: “Há pessoas que manifestam pavor pela marinha francesa; porém, é quase impossível acreditar que haja qualquer pessoa séria alarmada com esse assunto” (PHE, p. 954). O confronto


¹⁴ Comparar as seguintes fontes biográficas: RUSSEL, Earl. *The Life and Times of Charles James Fox* (3 Volumes). Londres, 1866; HOBHOUSE, Christopher. *Fox*. Segunda edição. Londres: Constable & Company, 1947; REID, Loren. *Charles James Fox: A Man for the People*. University of Missouri Press, 1969; DERRY, J. W. *Charles James Fox*. Londres: Batsford, 1972.

¹⁵ Infelizmente, o discurso de Fox não está incluído na coleção padrão: *Speeches of the Right Honourable Charles James Fox in the House of Commons*, em 6 vols., Londres, 1815. Usei as seguintes fontes: *The Parliamentary History of England*, vol. 36, Londres, 1820 – doravante citado como PHE; *The Annual Register (...) For the Year 1803*, Londres, 1805; THIERS, M. A. *The History of the Consulate and the Empire of France under Napoleon*. Traduzido da Last Paris Edition, Londres, 1877. Thiers é particularmente útil, porque sua consideração é baseada em jornais contemporâneos, tais como o *Morning Chronicle*, o qual não estivera disponível para mim.



militar é assim fútil e prejudicial, e a aceitação mútua da capacidade de cada país de autodefesa significaria a paz e a chance de prosperidade. Em segundo lugar, Fox admite “um enorme crescimento da influência francesa e do poder francês” (*PHE*, p. 956), mas insiste que a rivalidade entre as duas nações deve ser disputada de forma pacífica, por meio da competição comercial: “As manufaturas da França e seu progresso precisam ser discutidos. Eu vi essas manufaturas e as admirei; porém, se devo exprimir meus sentimentos verdadeiros, eu não as temo mais do que temo a marinha francesa. Estou certo de que as manufaturas inglesas vão levar o prêmio quando uma competição for estabelecida entre elas e as francesas. Deixem-nas experimentar sua força; deixem-nas apenas sustentar o combate entre Manchester e St. Quentin. É nesses lugares que as arenas estão abertas; é exatamente nesses campos que as duas nações devem pôr sua força à prova. Fazer guerra para assegurar o sucesso ou bem para um lado ou bem para o outro seria bárbaro” (THIERS, 1877, p. 448; cp.: *PHE*, p. 954s). Mais uma vez, Fox está interpretando a viagem de Napoleão: a visita do cônsul às fábricas de St. Quentin é tomada como um sinal de uma nova esfera de competição pacífica, que seria em última análise benéfica para ambos os lados, e Fox exorta seus concidadãos a aceitarem esse nobre desafio.


Finalmente, quais lições filosóficas Hegel derivou desses pontos de contato entre Napoleão e Fox? A resposta a essa questão nos conduz de volta à busca hegeliana, contida em seu escrito sobre a Constituição Alemã, por um equilíbrio adequado entre autoridade pública e liberdade. Para começar, os princípios de não interferência e soberania nacional, enfatizados pelos dois estadistas, dependiam da capacidade de seus países de se defenderem. Quando Hegel define o nível mínimo de autoridade pública, ele se refere à função de defesa como indispensável: “Uma multidão de seres humanos pode somente se autodenominar um Estado se estiver unida em prol da defesa comum” (HEGEL, 1964, p. 153). É por isso que a França e a Grã-Bretanha com sua superioridade em terra e mar respectivamente – veja-se o impasse militar do período – podem ser denominadas “Estados”, ao passo que a guerra entre a República Francesa e o Sacro Império Romano-Germânico revelou que este já não era um Estado (HEGEL, 1964, p. 144): embora ausentes, um exército comum e um orçamento comum para financiar um tal exército seriam vitais para a defesa. No caso da França, a segurança externa do país parecia depender de Napoleão, que elevou uma nação dividida até à união vital em prol da defesa comum. Isso fornece uma pista crucial para uma compreensão do grande significado que, naquele momento, Hegel atribuiu ao poder do monarca – “as frases ‘o monarca é a autoridade pública’, ‘ele possui o poder supremo’, ‘há um Estado’, significam uma única e



mesma coisa” (HEGEL, 1964, p. 100) –, como também o que ele esperava do “Teseu” alemão que é citado ao final de seu manuscrito (HEGEL, 1964, p. 241). Propriamente entendida, entretanto, a convocação de Hegel de uma autoridade pública forte é perfeitamente condizente com sua ênfase na liberdade do indivíduo: “(...) a autoridade pública, isto é, o governo, deve deixar para a liberdade dos cidadãos o que quer que não seja necessário (...) para sua segurança doméstica e no estrangeiro. Nada poderia ser tão sacrossanto para o governo quanto facilitar e proteger a atividade livre dos indivíduos em assuntos como esses” (HEGEL, 1964, p. 161ss). As atividades econômicas dos cidadãos claramente pertencem a essa esfera da liberdade, uma noção que, na *Filosofia do Direito*, Hegel expressou nas seguintes palavras: “O indivíduo deve ter o direito de trabalhar pelo seu pão como lhe aprouver” (HEGEL, 1952, adição ao §236). Considero que Hegel entendia o encorajamento de Napoleão ao desenvolvimento industrial na Normandia como estando alinhado a esse princípio liberal, um princípio que Hegel incorporou mais tarde à sua concepção sobre a “sociedade civil”, a esfera da moderna liberdade subjetiva *par excellence*. De forma característica, é exatamente nesse estágio de sua carreira, em escritos tais como *O Sistema da Vida Ética* (1803), que a “sociedade civil”, embora o conceito ainda não seja usado, emerge como um tópico da filosofia hegeliana. Vista à luz disso, a admiração de Hegel por Napoleão está muito distante de um *étatisme*, cesarismo ou totalitarismo e pertence, ao contrário, ao desenvolvimento da teoria hegeliana do Estado moderno e às suas consideráveis concessões aos princípios liberais.

Referências

- BERGERON, Louis. *France under Napoleon*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- DERRY, J. W. *Charles James Fox*. Londres: Batsford, 1972.
- FORD, F. L. *Europe 1780-1830*. Londres: Longman, 1970.
- GODECHOT, J. et al. *The Napoleonic Era in Europe*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1971.
- GUILLAND, Anton. The pacification of Europe, 1799-1802. In: *The Cambridge Modern History*, Volume 9. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.
- HEGEL, G. W. F. *Briefe an und von Hegel*. Editado por Johannes Hoffmeister. Volume I (1785-1812). Hamburgo: Felix Meiner, 1969.
- _____. *Schriften und Entwürfe (1799-1808)*. In: *Gesammelte Werke*, volume V. Hamburgo: Felix Meiner, 1998.

- 
- _____ *Hegel's Political Writings*. Oxford: Clarendon Press, 1964.
- _____ *Theorie Werkausgabe*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969ss.
- _____ *Hegel's Philosophy of Right*. Oxford: Clarendon Press, 1952.
- _____ *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito, ou, Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2010.
- HOBHOUSE, Christopher. *Fox*. Segunda edição. Londres: Constable & Company, 1947.
- HOLTMAN, R. B. *The Napoleonic revolution*. Philadelphia, New York: Lippincott, 1967.
- LEFEBVRE, Georges. *Napoleon, From 18 Brumaire to Tilsit, 1799-1807*. Traduzido por H. F. Stockhold, Londres, 1969.
- LUDWIG, Emil. *Napoleon*. Traduzido por Eder e Cedar Paul. Terceira edição. Londres, 1935.
- MADÉLIN, Louis. *The Consulate and the Empire 1799-1809*. Traduzido por E. F. Buckley, Londres, 1934.
- PARISET, Georges. The Consulate, 1799-1804. In: *The Cambridge Modern History*, Volume 9. Cambridge: Cambridge University Press, 1907.
- REID, Loren. *Charles James Fox: A Man for the People*. University of Missouri Press, 1969.
- ROSENKRANZ, Karl. *G. W. F. Hegels Leben*. Berlim, 1844.
- RUSSEL, Earl. *The Life and Times of Charles James Fox* (3 Volumes). Londres, 1866.
- THIERS, M. A. *The History of the Consulate and the Empire of France under Napoleon*. Londres, 1877.

Recebido: 18-01-2021

Aceito: 30-04-2021